

UMA ANÁLISE DO ENSINO REGULAR E INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Raquel de Oliveira Vieira¹
Marcelle Neves Barbosa dos Santos²
Franciane Silva Lima³

INTRODUÇÃO

Na atualidade, o Ensino Médio retorna a pauta de discussões entre educadores de todo o Brasil que, com certa apreensão, temem por uma construção curricular de caráter fragmentado, com pouca relação com a prática e desalinhado das necessidades atuais (Trevisol, 2020) em detrimento de um currículo que precisa pautar práticas escolares construídas em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes, e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e socioafetivas (Brasil, 2012).

O cenário educacional brasileiro vive, neste momento, uma espécie de controvérsia, em que busca reformar a maneira de ensinar, especialmente no ensino médio, porém há dificuldades para que essa reestruturação ocorra de maneira efetiva e benéfica, com resultados positivos para a sociedade. A proposta do Novo Ensino Médio (NEM) começou a ser discutida a um período considerável.

A medida foi instituída por meio da Lei nº 13.415/2017, aprovada ainda durante o governo do ex-presidente Michel Temer (2016 a 2018), e está sendo implementada em todas as unidades federativas do Brasil desde o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019 a 2022). A recente eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva reacendeu o debate sobre a permanência, alteração ou revogação da NEM. Nesse contexto, a produção e divulgação de evidências sobre o tema tornam-se relevantes para contribuir com o debate público (Ball; Mainardes, 2022).

A implementação de um novo modelo de ensino em escala nacional é compreendida como uma ação complexa e arriscada. A reforma do ensino médio apresenta efeitos estruturais que, segundo pesquisas, não podem ser corrigidas por revisões pontuais na política educacional. O NEM aprofunda a fragmentação do currículo, exclui setores da população jovem da educação básica, superficializa a formação escolar, intensifica o trabalho docente, reduz a qualificação profissional dos



jovens, cria barreiras ao acesso ao ensino superior público, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade e favorece a privatização da educação, sobretudo com a ampliação do ensino à distância. Trata-se de uma reforma que oferece menos escola para quem mais precisa (Silva; Pinheiro, 2024).

Mesmo após anos desde o início da tentativa de reformulação do setor educacional, o NEM ainda é visto com incerteza por estudantes e professores. Os alunos enfrentam dificuldades de adaptação aos novos horários, itinerários e formatos de aula, enquanto os docentes precisam encontrar formas de se adequar às novas exigências, em um contexto marcado pela carência de profissionais especializados para atender às demandas das metodologias propostas.

O objetivo deste estudo é evidenciar os avanços e os desafios encontrados no processo de ensino-aprendizagem nas duas modalidades — ensino médio regular e integral — analisando sua eficácia no desenvolvimento estudantil e na satisfação da comunidade escolar.

METODOLOGIA

A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, que, conforme Guerra *et al.* (2024), é fundamental no campo científico por buscar compreender os fenômenos de forma aprofundada e interpretativa. Essa abordagem se sustenta em fundamentos teóricos e metodológicos que orientam todas as etapas do processo, desde a coleta até a análise dos dados.

A tipologia adotada é a pesquisa bibliográfica, por se fundamentar na leitura, análise e interpretação de produções já publicadas, como artigos científicos, livros, dissertações e teses. De acordo com Gil (2019), essa modalidade tem como propósito reunir, examinar e discutir o conhecimento já existente sobre determinado tema, permitindo identificar avanços, contradições e lacunas na literatura. Essa sistematização favorece a compreensão das práticas pedagógicas e das dinâmicas institucionais, além de favorecer uma análise crítica dos dados qualitativos.

Para a coleta de dados, realizou-se uma busca na base de dados SciELO, reconhecida por sua relevância e abrangência nas áreas de educação e ciências. Foram definidas palavras-chave específicas relacionadas ao tema, com o intuito de garantir uma busca abrangente e precisa, contemplando diferentes aspectos da problemática investigada. Nem todos os trabalhos encontrados foram incluídos na análise final, apenas



aqueles que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, assegurando a qualidade e pertinência das informações consideradas.

Os principais critérios adotados foram: a publicação em língua portuguesa, assegurando a compreensão do conteúdo; foco em pesquisas realizadas com estudantes do Ensino Fundamental (EF) e do Ensino Médio (EM), refletindo a realidade dessas etapas escolares; recorte temporal entre 2020 e 2024, contemplando produções recentes e alinhadas às discussões atuais; e abordagem de temáticas relacionadas às práticas pedagógicas, aos desafios educacionais e às políticas públicas.

Após a seleção, os estudos foram lidos integralmente e, aqueles que abordavam de forma direta a temática da educação inclusiva, as práticas pedagógicas e seus desafios, foram organizados e analisados com base na técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2012). Os resultados obtidos foram posteriormente interpretados à luz do referencial teórico que fundamenta a pesquisa, permitindo uma discussão aprofundada e crítica sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das produções científicas sobre o Novo Ensino Médio revela um cenário marcado por avanços conceituais e desafios estruturais. Diversos autores apontam que, embora a proposta traga inovações metodológicas e a possibilidade de formação mais ampla e contextualizada, sua implementação esbarra em limitações concretas das instituições de ensino brasileiras. Gomes (2022) e Lima e Ferreira (2023) destacam a falta de infraestrutura escolar, a formação insuficiente dos docentes e a redução da carga horária de disciplinas básicas, especialmente nas áreas de Humanas e Ciências Naturais, como entraves significativos à efetivação de uma educação de qualidade.

Outro aspecto recorrente nas críticas é a desigualdade entre escolas públicas e privadas. Enquanto estas últimas tendem a oferecer maior variedade de itinerários formativos, ampliando as oportunidades de aprendizagem, as escolas públicas enfrentam restrições que comprometem a equidade no acesso ao conhecimento. Os autores defendem que, antes da aplicação plena das novas metodologias, é necessário garantir condições mínimas de funcionamento, com investimentos em estrutura física, recursos pedagógicos e formação continuada dos profissionais da educação.

A comparação entre os modelos de ensino médio regular e integral, ambos fundamentados nas diretrizes do Novo Ensino Médio, evidencia diferenças significativas



em diversos aspectos. No que se refere à carga horária, o ensino regular oferece de 4 a 5 horas diárias, enquanto o integral estende esse tempo para 7 a 9 horas, permitindo maior aprofundamento dos conteúdos e convivência escolar. Quanto ao currículo, o modelo regular organiza-se em disciplinas básicas distribuídas ao longo de três anos, ao passo que o integral inclui projetos interdisciplinares que favorecem a articulação entre saberes e o desenvolvimento de competências diversas.

Ambos os modelos compartilham o mesmo foco: a preparação para o ensino superior e o mercado de trabalho. No entanto, diferem nas atividades oferecidas. O ensino regular apresenta atividades limitadas, geralmente opcionais, como olimpíadas e gincanas. Já o ensino integral valoriza práticas culturais, esportivas e socioemocionais, promovendo uma formação mais completa e conectada à realidade dos estudantes.

Os impactos também variam: o ensino regular proporciona uma formação geral equilibrada, enquanto o integral amplia essa formação, estimulando o desenvolvimento integral dos alunos. Em relação aos desafios, o modelo regular mostra-se restrito às demandas atuais, com limitações estruturais e pedagógicas. Já o ensino integral exige maior investimento e políticas eficazes de permanência, dada sua complexidade e abrangência.

Essas diferenças impactam diretamente na qualidade do ensino e no aproveitamento dos alunos. A formação ampliada oferecida pelo ensino integral tende a estimular o pensamento crítico e a percepção contextualizada da realidade, favorecendo o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes e preparados para os desafios contemporâneos. No entanto, como apontam os autores, o sucesso do Novo Ensino Médio depende não apenas da proposta curricular, mas também das condições concretas de sua aplicação. A busca por um modelo de ensino mais igualitário e eficaz ainda é um caminho em construção, que exige comprometimento político, investimento público e diálogo constante entre os diferentes atores da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam que, embora algumas instituições já adotem o modelo, sua efetivação ainda enfrenta desafios significativos. Observou-se que a falta de infraestrutura, a escassez de profissionais capacitados e a redução da carga horária de disciplinas básicas dificultam a aplicação plena do NEM. Além disso, há uma disparidade



evidente entre escolas públicas e privadas, principalmente na oferta de itinerários formativos e atividades complementares.

A comparação entre o ensino médio regular e o integral evidenciou diferenças importantes: o modelo integral oferece maior carga horária, projetos interdisciplinares e atividades culturais, esportivas e socioemocionais, enquanto o modelo regular mantém uma estrutura mais tradicional e limitada. Apesar de ambos compartilharem o foco na preparação para o ensino superior e o mercado de trabalho, os impactos e desafios variam conforme o contexto de aplicação.

Conclui-se que o Novo Ensino Médio ainda está em processo de consolidação e que sua qualidade depende de investimentos contínuos, políticas de permanência e adaptações que considerem a realidade das escolas brasileiras. O caminho para uma educação mais equitativa e de qualidade exige tempo, comprometimento e avaliação constante.

REFERÊNCIAS

CÁSSIO, F.; GOULART, D. C. A implementação do novo ensino médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 285–293, set. 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1620>. Acesso em: 27 out. 2025.

GONZAGA, L. L. **A Lei 13.415/2017 e o "Novo" Ensino Médio**: inquietações pertinentes. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 215–225, 2021. DOI: [10.12957/teias.2021.62047](https://doi.org/10.12957/teias.2021.62047). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/62047>. Acesso em: 27 out. 2025.

MARTINS, S. A.; DOS SANTOS, F. S. Novo ensino médio: consequências e perspectivas. **Revista Nova Paideia – Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 507–518, 2024. DOI: [10.36732/riep.v6i3.558](https://doi.org/10.36732/riep.v6i3.558). Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/riep/article/view/558>. Acesso em: 27 out. 2025.

MILLIORIN, S. A. A oferta do ensino médio integrado nos institutos federais e a necessidade de coerência institucional diante do novo ensino médio. **Revista Nova Paideia – Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 507–518, 2024. DOI: [10.36732/riep.v6i3.558](https://doi.org/10.36732/riep.v6i3.558). Acesso em: 27 out. 2025.

SILVA, C.; CARVALHO, D. O novo ensino médio no Brasil: evidências para pensar o problema da segmentação e das desigualdades educacionais. **Revista Ponto de Vista**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 1–20, 2024. DOI: [10.47328/rpv.v13i2.16887](https://doi.org/10.47328/rpv.v13i2.16887). Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rpv/article/view/16887>. Acesso em: 27 out. 2025.



GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SANTOS, F. M. **Análise de conteúdo**: a visão de Laurence Bardin. 2012.

Bardin (2012).

(Trevisol, 2020)

Ball; Mainardes, 2022).

(Brasil, 2012).

Silva; Pinheiro, 2024).

Gil (2019),

Guerra *et al.* (2024)

Gomes (2022) e

Lima e Ferreira (2023

ESTAS ESTÃO NO TEXTO

AS DE CIMA SAIRAM DE ONDE?

REVER ELAS FALTA SO ISSO

AS REFERENCIAS QUE DEVEM APARECER AQUI, SÃO AS MESMAS QUE APARECEM NO TEXTO.

